



ANEXO VI - TERMO DE REFERENCIA.

Assunto: Abertura de Processo Licitatório modalidade Registro de Preço para aquisição de LUBRIFICANTES, FLUIDOS E GRAXA AUTOMOTIVA para utilização na Frota de Veículos desta municipalidade.

1 - DO OBJETO

-O objeto desta licitação é a Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de Óleos Lubrificantes Automotivos, Fluidos Automotivos e Graxa, conforme solicitação da Gerência de Manutenção de Frota desta municipalidade por um período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações, quantidades e condições gerais de fornecimento definidas neste Termo de Referência.

2 - DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

-Os produtos, devidamente descritos neste Termo de Referência, serão adquiridos de conformidade com a necessidade de gerenciamento da Seção de Oficina da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Água/Esgoto, mediante Autorização de Fornecimento, não estando esta, obrigada à aquisição de quantidades mínimas ou máximas.

-As quantidades foram fixadas com base no histórico de consumo nos últimos meses e previsão de serviços de manutenção a serem executados no período considerado.

3 - DA JUSTIFICATIVA:

-CONSIDERANDO que, quando uma superfície desliza sobre outra, há sempre alguma resistência ao movimento e esta força de resistência é conhecida como atrito e que qualquer substância que reduza o atrito é conhecida como lubrificante - que pode ser sólido, líquido ou gasoso.

-CONSIDERANDO que, óleos lubrificantes podem ser definidos como substâncias que se interpõem entre superfícies, formando uma película que evita ou minimiza o atrito, diminuindo o desgaste.

-CONSIDERANDO que, O componente principal de um óleo lubrificante acabado é o óleo básico, que pode ser de origem mineral primeiro refino, sintética ou vegetal.

-CONSIDERANDO que, os óleos lubrificantes apresentam características que lhes são conferidas pela composição e pelos aditivos adicionados. Entre as diversas funções dos aditivos, destacam-se:

- Reduzir o atrito e o desgaste;
- Trocar calor;
- Proteger contra corrosão;
- Transmitir energia (fluidos hidráulicos);

- Refrigerar;

-CONSIDERANDO que, tendo em vista o encerramento das Atas de Registro de Preço, que teve por objetivo o fornecimento de Óleos Lubrificantes Automotivos, Fluidos Automotivos e Graxa, faz-se necessária a realização de nova contratação para atender a frota de veículos distribuídas em todas as Secretarias Municipais pertencente a esta municipalidade.

-CONSIDERANDO que, a aquisição de Óleos Lubrificantes Automotivos, Fluidos Automotivos e Graxa administrada por meio desta solicitação e em consonância com os requisitos deste Termo de Referência resultam em clara afinidade e necessidade entre a demanda a que necessita o serviço público e a disponibilidade dos veículos pertencentes à frota desta municipalidade em perfeitas condições de uso, coadunando com as peculiaridades do serviço público, tratando-se de uma contratação que se revela instrumental para a gerência e operacionalização das atividades da Administração Pública.

-CONSIDERANDO que, a aquisição compartilhada deste objeto justifica-se para atender as demandas do planejamento geral, constituído de bens destinados às atividades institucionais e seus objetivos, bem como contribuir para o cumprimento da missão da Administração Pública deste Município.

-CONSIDERANDO que, o objeto desta aquisição possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas, sem a previsão da quantidade exatas de demandas a serem adquiridas por mais de um veículo e no âmbito do desenvolvimento dos serviços prestados a população assistida do município de Birigui-SP., faz-se necessário a aquisição do objeto deste instrumento, a fim de promover a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos rotativos que necessitam lubrificação em intervalos previamente estabelecidos pelos fabricantes dos equipamentos.

-Sugerimos que a aquisição se dê por meio do sistema de Registro de Preços – Pregão Presencial:

-CONSIDERANDO que, há a imprevisibilidade de se estimar com exatidão o quantitativo do objeto a ser utilizado diariamente em consequência mensalmente, visto a necessidade no atendimento de prestação de serviço à população assistida e com agrupamento do exposto se faz pela conveniência e economia na gestão do gerenciamento e controle de aquisição parcelada.

-CONSIDERANDO que, há a possibilidade de redução de estoques, não precisando providenciar grandes áreas para armazenagem de materiais.

4 - CERTIFICAÇÃO E ATENDIMENTO DE NORMAS LEGAIS:

-Os óleos hidráulicos, fluidos, lubrificantes e graxas deverão ter registro na AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, nos termos da Resolução ANP nº 10, de 07 de março de 2007.

-Os bens ofertados deverão estar isentos de qualquer elemento estranho ou que descaracterize total ou em parte da exigência mínima, com certificado do INMETRO.

-O fabricante dos produtos deverá possuir ISO 9001 e 14001.

-Os objetos deverão apresentar nas embalagens informações claras, em português, constando em seus rótulos as informações, conforme disposto no Art.5º da Resolução ANP nº 10, de 07 de março de 2007, marca e modelo do item ofertado, bem como o sítio do fabricante para averiguação das características mínimas exigidas.

-Não serão aceitos lubrificantes e/ou graxas de origem reciclada.

-Os lubrificantes, fluidos e graxas fornecidos deverão vir acompanhados de fichas técnicas e de fichas de segurança.

-Compete à ANP (Agencia Nacional do Petróleo) regular o mercado de lubrificantes, promovendo no país a permanência de tecnologias adequadas ao consumidor brasileiro. Para isso, todos os óleos lubrificantes, fluidos e graxas acabados devem ser registrados.

-A produção e importação de lubrificantes, fluidos e graxas acabados estão condicionadas à autorização junto à ANP (Agencia Nacional do Petróleo) para o exercício das atividades de produtor e importador.

-Compete à ANP (Agencia Nacional do Petróleo) estabelecer requisitos mínimos de caráter técnico, econômico, contábil e de controle de produção dos óleos básicos, rerrefinados, usados ou contaminados.

-As conformidades com as regulações das atividades ligadas aos lubrificantes, fluidos e graxas poderão ser exigidas a sua comprovação a contratada quantas vezes forem necessárias por parte da contratante, durante a vigência da referida Ata de Registro de Preço.

-As portarias e resoluções da ANP (Agencia Nacional do Petróleo) que regulamentam as atividades relacionadas ao objeto deste certame que seja de origem nacional ou importado e que deverão ser atendidas em sua íntegra são as seguintes:

- Resolução ANP nº 669/2017 - Estabelece as especificações dos óleos básicos e suas regras de comercialização. (Esta Resolução entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação, quando serão revogadas a Portaria ANP nº 129/1999 e a Portaria ANP nº 130/1999).
- Portaria ANP nº 129/1999 - Estabelece as especificações para a comercialização de óleos lubrificantes básicos de origem nacional ou importada.
- Resolução ANP nº 16/2009 - Estabelece as regras para a comercialização de óleo lubrificante básico e os requisitos necessários ao cadastramento de produtor e de importador desse produto.

- Resolução ANP nº 17/2009 - Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, e a sua regulação.
- Resolução ANP nº 18/2009 - Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado, e a sua regulação.
- Resolução ANP nº 22/2014 - Estabelece os critérios de obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes destinados ao uso veicular e industrial e de aditivos em frasco para óleos lubrificantes de motores automotivos, bem como as responsabilidades e obrigações dos detentores de registro, produtores e importadores.

-O não atendimento solicitado cabe denuncia legal das infrações e solicitação de procedimentos fiscalizatórios pelo órgão responsável da ANP (Agencia Nacional do Petróleo), por parte desta Administração pelo que segue:

- Das infrações a documentação obrigatória não apresentada.
- Exercer as atividades dadas pela Resolução nº 362/05 sem possuir registro na ANP (Agencia Nacional do Petróleo).
- Empresa produtora e/ou importadora de óleos lubrificantes acabados que não possui registro na ANP (Agencia Nacional do Petróleo) para exercício dessa(s) atividade(s).
- As empresas produtoras e/ou importadoras de óleo lubrificante acabado deverão estar devidamente registradas na ANP de acordo com a legislação pertinente (Lei nº 9.847/99).

- Base legal: artigo 3º da Lei Nº 9.847, DE 26.10.1999, descrito a seguir: “Art. 3º. A pena de multa será aplicada na ocorrência das infrações e nos limites seguintes: I - exercer atividade relativa à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, sem prévio registro ou autorização exigidos na legislação aplicável”

- Os lubrificantes, fluidos e graxas devem ser homologados por montadoras sendo apresentada a comprovação por parte da licitante vencedora através de certificados que estejam em plena validade de no mínimo uma montadora a seguir relacionada:

- Fiat, Ford, Chevrolet, Volkswagen, Peugeot, Renault, Citroen, Iveco, Mercedes-Benz, Komatsu, New Holland, Case, Massey Ferguson, Caterpillar, Volare, John Deere, Volvo, Asia, Yamaha, Honda e Cummins).
- Este certificado deverá ser apresentado por cada item contemplado pela licitante vencedora, sendo anexado posteriormente aos autos do processo.

5 – QUANTO DO ENVIO DA PROPOSTA POR ESCRITO:

-A proposta de preços da vencedora deverá preencher os seguintes requisitos:

-Ser digitada e impressa, em papel com a identificação e dados da empresa, em apenas uma via, escrita em português, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvada, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais.

-Especificar de forma clara o material oferecido, com indicação expressa de marca, obedecendo às especificações contidas no referido Edital.

-Consignar o preço unitário e o total do objeto em Reais.

-Consignar prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento.

-Fazer constar o prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

-As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciem no valor final da contratação.

-Nos preços cotados deverão estar incluídas despesas relativas a impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

-A proposta em desacordo com os termos deste Termo de Referência/Edital ou dispositivo legal vigente, ou ainda que oferecer preço unitário simbólico ou de valor igual à zero, será desclassificada pelo Pregoeiro.

-A empresa fornecedora sujeitar-se-á às disposições do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990).

6 - PARA FINS DESTES PREGÃO SERÃO CONSIDERADOS:

-Os objetos atendam a especificação técnica exigida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP – www.anp.gov.br

- Os óleos lubrificantes deverão ter data de fabricação até no máximo 12 meses a contar da data da entrega.

-A data de fabricação deverá constar na embalagem do produto.

-Não serão aceitos lubrificantes re-refinados, reciclados ou recuperados por qualquer processo químico ou industrial.

-A embalagem dos produtos deverá ser nova e lacrada, não sendo permitido a identificação do produto por etiquetas, adesivos ou similares.

-Todos os itens deste Anexo deverão ser novos, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida.

-Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica ou de montagem ilícita.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

-A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

-Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições deste Termo de Referência.

-Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente suas devidas indicações.

-Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), **QUE IMPLICA** na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da notificação o produto, sem qualquer ônus a adquirente, inclusive quanto à retirada dos itens rejeitados, independente das quantidades rejeitadas.

-Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

-Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega, caso existam motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação.

-Manter, durante a execução do pactuado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

-Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que estiver obrigada, nas condições previstas neste Termo de Referência.

-Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

-Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

-Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução das obrigações contraídas, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

-Fornecer lubrificante de excelente qualidade, que atendam rigorosamente às especificações e exigências dos fabricantes dos veículos a que se destinam, bem como ao regulamento do Inmetro, sendo o prazo máximo para sua entrega de 10 (DEZ) dias corridos, contados da data de emissão da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento.

-Efetuar a troca no prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas o objeto deste certame, que estiverem fora das especificações contidas no edital e seus anexos, bem como na proposta do licitante, ou em que se verificarem vícios ou defeitos de fabricação, aparentes ou ocultos, o produto que se apresentar impróprio sem qualquer ônus para a contratante.

-Responder, integralmente, por perdas e danos que vir a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

-A Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/esgoto, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

-Poderá ser exigido da contratada a qualquer tempo, teste de qualidade dos produtos ofertados e entregues, junto a um órgão competente, público ou privado, teste este que ocorrerá pelas expensas da contratada, conforme artigo 075 da lei 8666/93 (Salvo disposições contrárias constantes do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado).

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

-Responsabilizar-se pela lavratura da respectiva ata de registro, com base nas disposições da legislação em vigor.

-Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a despesa quando da aquisição formal.

-Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução do contrato.

-Promover, por meio do servidor designado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ou entrega do objeto, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

-Emitir Nota de Empenho em favor da licitante a quem foi adjudicado os objetos do certame licitatório.

-Permitir o acesso dos funcionários da contratada, quando da entrega com veículo na sede da Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, desde que devidamente identificados.

-Efetuar o pagamento à empresa contratada, no máximo em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e certificação da entrega definitiva do objeto pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos neste termo de referência.

-Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos do certame que a contratada entregar fora das especificações do edital e seus anexos.

9 - FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA:

-A execução da entrega será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Água/Esgoto, com atribuições específicas, devidamente designado pelo Ordenador de Despesas, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

-A fiscalização será exercida no interesse da Prefeitura Municipal de Birigui-SP e não exclui nem reduz a responsabilidade da Licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

-Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto, deverão ser prontamente atendidas pela Licitante vencedora.

-Estando os bens em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela Fiscalização Administrativa e enviados Setor de Execução Orçamentária e Financeira do Município para o pagamento devido.

-Em caso de não-conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as providências do artigo 69 da Lei 8.666/93, no que couber.

-A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os bens adquiridos, se os mesmos estiverem em desacordo com a especificação deste Termo de Referência e da proposta de preços da Contratada

10 - DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

- O Objeto desta aquisição será o registro para entrega parcelada, por conta e risco da Licitante vencedora.

- As solicitações serão efetuadas, conforme a necessidade para atender os interesses da Administração.

-O objeto deverá ser entregue, a expensas da vencedora, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento na Secretária Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto, cito a Rua Roberto Clarck nº 672, Bairro Centro, Município de Birigui – SP., CEP.: 16200-083, de segunda a sexta-feira, das 07h00minhrs às 10h30minhrs e das 13h00minhrs às 16h30minhrs.

-A unidade responsável pelo recebimento do objeto do referido certame será a Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto.

-O objeto deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a resistir à armazenagem e permitir completa segurança durante o transporte.

-As licitantes vencedoras deverão observar com rigor a qualidade inquestionável de seus produtos, em todas suas características.

-Caberá à Secretaria de Serviços Públicos Água/Esgoto atestarem o recebimento do material, não se eximindo a contratada de ser chamada para substituir, à sua custa, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique irregularidade.

-As solicitações acontecerão de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos Água/Esgoto.

-O recebimento dos produtos PODERÁ ser feito em duas etapas, conforme abaixo:
PROVISÓRIAMENTE, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto com as especificações constantes na Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e na Nota Fiscal.

DEFINITIVAMENTE, depois de efetuar a conformidade das especificações, qualidades do objeto, em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento provisório.

-O recebimento provisório dos objetos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, pelo gestor do recebimento, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas no edital para a aceitação definitiva.

-A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer defeitos de fabricação detectados quando da utilização dos mesmos.

-Os objetos que forem recusados (no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo igual ou inferior a 72 (setenta e duas) horas, contados da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para a contratante.

-Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita a aplicação das sanções penais previstas em edital.

-Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas com os membros da COMISSÃO ESPECIAL para acompanhamento do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, AGUA/ESGOTO os Senhores: ISMAEL GONSALVES DOS SANTOS, LUCIANO MARCATI ADAMI, NIVALDO FREITAS, nomeados pela PORTARIA Nº 13 E 58 DE 2018, pelo telefone (18) 3643-6208.

11 - FONTE DE FINANCIAMENTO:

-As despesas serão pagas através da ficha de dotação:

- 647/001 – Secretaria de Serviços Públicos Água/Esgoto.
- 656/001 – Secretaria de Serviços Públicos Água/Esgoto.
- 666/001 – Secretaria de Serviços Públicos Água/Esgoto.
- 046/001 – Secretaria de Administração.
- 623/001 – Secretaria de Obras.
- 746/001 – Secretaria de Meio Ambiente e Desen. Sustentado.
- 734/001 – Secretaria de Esporte e Lazer.
- 755/001 – Secretaria de Cultura e Turismo.
- 214/001 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 220/001 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 228/001 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 234/001 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 238/005 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 250/001 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 256/001 – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.
- 149/001 – Secretaria de Segurança Pública.
- 160/001 – Secretaria de Segurança Pública.
- 107/001 – Secretaria de Finanças.
- 113/001 – Secretaria de Finanças.
- 346/038 – Secretaria de Saúde.
- 368/035 – Secretaria de Saúde.
- 462/032 – Secretaria de Saúde.
- 462/032 – Secretaria de Saúde.
- 687/001 – SEDECTI.
- 698/001 – SEDECTI.
- 701/001 – SEDECTI.
- 705/001 – SEDECTI.
- 708/001 – SEDECTI.
- 711/001 – SEDECTI.
- 713/001 – SEDECTI.
- 719/001 – SEDECTI.
- 723/001 – SEDECTI.
- 511/005 – Secretaria de Educação.

12 - PRAZO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO:

-O prazo de vigência das atas de registro de preço deverá ter duração de 12 meses (doze) meses.

13 - Fonte de pesquisa de preços:

-Através de pesquisa, cotação com fornecedores dos itens solicitados.

14 - RESCISÃO:

-Em caso da opção de rescisão contratual por parte da licitante vencedora a mesma deverá formalizar o pedido através de documento com no mínimo 60 dias de antecedência.

15 - PRAZO PARA PAGAMENTO:

-O pagamento à CONTRATADA será efetuado em até 30 (trinta)DDL, a contar do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da CONTRATANTE.

-O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela CONTRATANTE.

-O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Previdência Social, FGTS e junto a Justiça do Trabalho CNDT.

-Para tal, na Nota Fiscal dos produtos, deverá constar o aceite e a data de recebimento pelo setor competente, o nº do Edital de Pregão, nº do Processo que deu origem à contratação e eventual nº de empenho.

-A Nota Fiscal que apresentar incorreção no seu preenchimento ou deixar de apresentar o que fora solicitado nos itens anteriores, será devolvida à CONTRATADA e seu pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após a data de sua última apresentação válida.

Abstraídos os aspectos técnicos para a elaboração deste Termo de Referência e considerando ainda, tão somente, os aspectos formais em estrita observância às normas pertinentes, constante deste documento, aprovamos o mesmo e autorizamos a abertura do processo licitatório.

Sendo o que temos para o momento, agradecemos vossa atenção desde já.

Atenciosamente.

Cleverson José de Souza.
Secretário Municipal de Serviços Públicos
/Água e Esgoto.